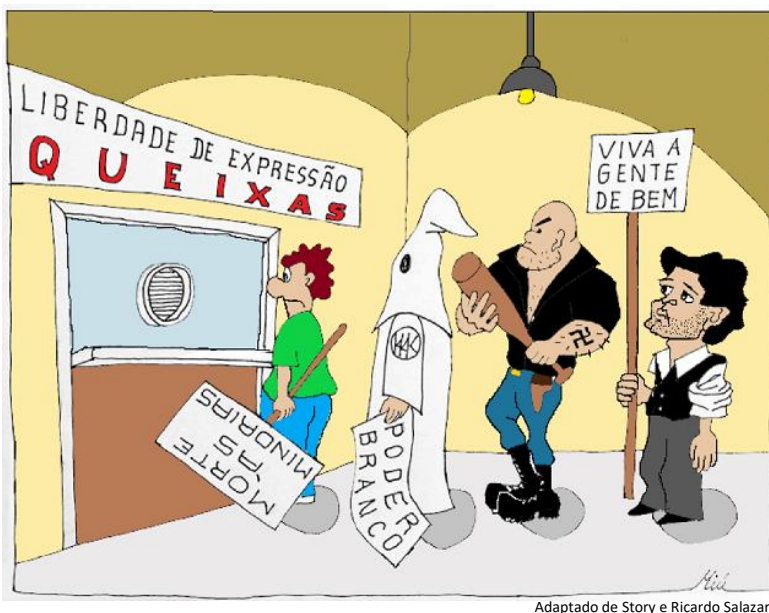




EDITORIAL

VISÕES DA LIBERDADE

Em pleno “estado de emergência”, quando estamos a sofrer uma restrição de liberdades individuais para muitos nunca antes vista, ou sequer imaginada, o mês de fevereiro reacendeu o debate em torno de outras liberdades. Na Catalunha, a prisão do *rapper* Pablo Hasél foi tomada por grupos revoltados, sobretudo independentistas, como um atentado à liberdade de expressão. Em Portugal, o novo Presidente do Tribunal Constitucional, João Caupers, esteve sob ataque por ter escrito, há dez anos, textos em que defendia a “maioria heterossexual”. A questão da liberdade em conexão com o passado colonial também emergiu em contextos paralelos, como a polémica do voto de pesar na AR pela morte do oficial guineense Marcelino da Mata, que lutou por Portugal na guerra do Ultramar. Um dos votos contra foi o de Ascenso Simões, deputado que, entretanto, defendeu a demolição do Padrão dos Descobrimentos e lamentou não termos tido um 25 de abril “com sangue”. Sobre as questões interrelacionadas da liberdade – de expressão e não só – e das feridas pós-coloniais, pedimos uma breve visão crítica a duas especialistas dos Centros de Investigação do ILCH. I.E.



Adaptado de Story e Ricardo Salazar

EVENTOS INTERNACIONAIS

CEPS: O MERCADO DE TRABALHO VISTO POR ROBERT HOCKETT

Decorreu a 19 de fevereiro a 10ª sessão do Grupo de Leitura do projeto PREDPOD (*Predistribution and Property-Owning Democracy*), do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS), em torno do artigo “Open Labor Market Operations”, da autoria de Robert Hockett, Professor de Direito na Cornell University (imagem da esquerda), que fez a apresentação (disponível no Facebook do Grupo, [AQUÍ](#)). Como comentador interveio Alan Thomas, Prof. de Filosofia em York (à direita), seguindo-se um debate entre os participantes. O PREDPOD é coordenado por Roberto Merrill (UM) e Alan Thomas (U. York). O grupo de leitura, organizado por R. Merrill, Catarina Neves e Gabriel Vasconcelos, conta já com mais de 50 seguidores e decorre quinzenalmente, juntando investigadores de todo o mundo, em torno de um artigo sobre os temas do projeto.



NOVO PROJETO

ILCH GANHA DIAL4U

O projeto DIAL4U, em que a UM, através do ILCH, é instituição parceira, recebeu um financiamento de 299.650,00 EUR da Agência Erasmus+, no âmbito do programa de Cooperação para a Inovação e Intercâmbio de Boas Práticas. Com uma duração prevista de 2 anos, a proposta radica na aprendizagem digital e teve uma avaliação de 93.50/100 pela entidade financiadora. Liderado pela Université de Lille, o projeto integra como instituições parceiras, para além da UM, a Stifung Europa-Universitat Viadrina (Alemanha), Malmo Universitet (Suécia), Mykolo Romerio Universitetas (Lituânia), Universitatea Babeş Bolyai (Roménia), Uniwersytet Wrocławski (Polónia) e Universitat Jaume I de Castellon (Espanha).

CEHUM: CURSO BREVE SOBRE MEMÓRIA, DITADURA E DISCURSOS DE ARTE

Decorreu nos dias 6, 13, 20 e 27 de fevereiro o curso breve, subordinado ao tema “Memória, Ditadura e Discursos da Arte”, promovido pelo projeto WOMANART, do Centro de Estudos Humanísticos. Pretendeu-se explorar a forma como críticos e artistas interpretam as memórias das ditaduras portuguesa e brasileira, que constituem referências coletivas refletidas nos atuais debates sociais e culturais. Em cada sessão foram apresentados dois módulos do curso. O primeiro ficou a cargo de Ana Gabriela Macedo, que falou sobre “Poéticas visuais, Exílio e Migrações”. O segundo e o terceiro módulos foram oferecidos por Márcia Oliveira, abordando o tópico “Imagem, Documento, Praxis: A Arte como Exercício de Reinterpretação da História”. Os restantes módulos do curso foram moderados por Margarida Pereira, Joana Passos e Láis Natalino (na imagem), versando os seguintes temas, respetivamente: “Cinema, Mulheres e Memória Cultural: o Estado Novo”, “Encontros e mal-entendidos: ver o mundo a partir da África pelos contos de autoras africanas” e “Realizadoras brasileiras e a ditadura no Brasil: reminiscências, retratos e relatos”. O curso contou com um total de 29 participantes, de Portugal, Brasil e Itália.



PRÉMIO

ALUNA DO MTCM RECEBE PRÉMIO APTRAD

Diana Alexandre, aluna do Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue (MTCM), recebeu o Prémio APTRAD, atribuído pela Associação de Profissionais de Tradução e de Interpretação ao estudante finalista com a melhor média em cursos da especialidade. Diana Alexandre renova assim o reconhecimento, por parte dos profissionais da área, da qualidade da formação do MTCM, já premiado em anteriores edições do galardão.



CEG: MÚSICA GALEGA NA RUM



O Leitor do Centro de Estudos Galegos do ILCH, Raúl Costas, apresenta quinzenalmente, na Rádio Universitária do Minho, um programa sobre música e cultura galega, “Galiza mais Perto”. Em entrevista à “Emissão em Português” da *Radio Nacional de España* ([AQUÍ](#)), explica que a iniciativa surgiu da vontade de “difundir e dar a conhecer a música da Galiza em toda a sua diversidade e pluralidade”, acrescentando que o programa, falado em galego, também divulga atos culturais realizados na Galiza.

BABELIUM: PLE ABRE COM 50 ALUNOS

A 28ª edição do curso anual de Português Língua Estrangeira (PLE) arrancou *online* com meia centena de alunos, provenientes dos quatro cantos do mundo, incluindo a Alemanha, o Japão, a Costa Rica, o Togo e o Irão. Jaime Costa, Diretor do BabeliUM, e Micaela Ramon, Coordenadora dos cursos de PLE, deram as boas-vindas aos novos alunos do curso, que responde ao presente contexto de aprendizagem com a introdução inovadora de manuais eletrónicos.



DIRETOR DO CEPS EM ENTREVISTA

O Diretor do Centro de Ética, Política e Sociedade, João Rosas, foi entrevistado para o livro editado pela Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, intitulado *Ciência Política à Portuguesa: A Disciplina Contada pelos seus Protagonistas* e organizado por Marcelo Camerlo, Andrés Malamud e Raquel Vaz-Pinto. A entrevista, conduzida por Jorge Mateus e Pedro Moreira, preenche o capítulo consagrado à Filosofia Política. [Ver [AQUÍ](#)]



OPINIÃO

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DEVE SER INCONDICIONAL?

Por: Catarina Neves (CEPS)

Vamos falar de dois casos recentes. O primeiro é o do *rapper* Pablo Hasél. O segundo é o do atual Presidente do Tribunal Constitucional. Como abordar os dois casos olhando para as teorias sobre liberdade de expressão?

Alguns poderão dizer que o princípio de dano a terceiros (de John Stuart Mill) se aplica na condenação de Hasél, acusado de enaltecer o terrorismo, mas diria que é uma análise simplista. Antes de mais porque o elo de causalidade entre “afirmação Hasél x” e “ato de violência y” é de difícil aplicação. Ainda assim, Stuart Mill estendia a possibilidade de o seu princípio do dano se aplicar a determinadas afirmações de instigação à violência, quando o risco de causar dano pela audiência que as ouve for bastante elevado. Podemos afirmar o mesmo no caso de Hasél? Não me parece. Eventualmente poderemos indicar que se trata de discurso ofensivo, nomeadamente para com a Coroa espanhola. Mas se assim for, qualquer sátira a um político poderá ser censurada nos mesmos termos. Acresce a isto que o discurso de Hasél é marcadamente político e ilustra posições que podem ser tidas como minoritárias. Talvez por isso mereçam especial proteção.

No segundo caso, o Prof. João Caupers afirmou que os textos serviram como “instrumento pedagógico”. Mas o que pretendia ele ensinar? As opiniões veiculadas, em virtude das analogias utilizadas – *homossexuais* comparados a *vegetarianos* – ou da linguagem proferida – *lobby gay*, *minoria com voz nos media* – representam afirmações de teor intolerante e, por isso, moralmente questionáveis. O princípio do dano não se aplica na restrição de conduta intolerante, porque Stuart Mill acreditava que mesmo estas opiniões, desde que não constituintes de dano a terceiros, são essenciais para chegar à “verdade”. Talvez o repúdio seja melhor sanção do que a censura. Podemos também considerar a aplicação do princípio de ofensa, sobretudo porque falamos dos direitos de uma minoria, que podem por isso gozar de maior proteção (uma espécie de inversão do caso anterior).

No entanto, como defende Thomas Scanlon, uma teoria de liberdade de expressão assenta igualmente na ideia de direito natural e no papel das fronteiras artificialmente criadas pela política. Assim, considerações sobre igualdade de tratamento e proteção de minorias devem também governar o nosso julgamento sobre os atos de expressão a proteger. Logo, deveríamos considerar que objetivos e que direitos pesam na análise de ambos os casos: proteger o caso de Hasél pode justificar-se pela natureza do seu discurso artístico, de conotação política, de defesa de posições minoritárias. Se a isto acrescentarmos a dificuldade de estabelecer que o discurso gera violência, Hasél não deveria necessariamente ser condenado. Se acreditarmos que a promoção de linguagem intolerante pode ter consequências nefastas, poderemos justificar o repúdio, senão a censura, da conduta de João Caupers. Assim sendo, a política, e não a defesa incondicional do direito à liberdade de expressão em si mesma, devem guiar a nossa análise destes e de outros casos futuros.

DIVERSIFICAR A MEMÓRIA HISTÓRICA

Por: Joana Passos (CEHUM)

Em “O Salazarismo não morreu”, Ascenso Simões sugere demolir o Padrão dos Descobrimentos, por ser um monumento ‘da’ ditadura, que promove uma visão imperial de um suposto destino português. O artigo gerou uma onda de

revolta, *online* e na imprensa.

Para muitos portugueses, o Padrão dos Descobrimentos celebra as viagens exploratórias e a colonização portuguesa, remetendo para um período anterior, muito mais antigo, e só marginalmente para o período da ditadura. Por outro lado, o Padrão dos Descobrimentos é um marco de memória, a qual em democracia é importante respeitar.

Não obstante, questionar-se as estátuas e os monumentos que foram sendo edificados ao longo dos séculos faz sentido, porque as ideias mudam, a maneira de vermos o mundo evolui e complexifica-se, e aqueles princípios que um dia foram tidos como verdades inabaláveis são hoje vistos como erros, falácias, vergonhas. O lado menos celebrado dos Descobrimentos também existiu, e significou uma onda de violência, massiva e ao longo de séculos, dirigida às populações dos espaços colonizados, sobretudo os africanos que foram separados das suas famílias e levados contra sua vontade para outros territórios, para servir até à morte aqueles que os compraram. Não foi o ‘holocausto’, não foi um genocídio, mas foi a escravatura transatlântica promovida pelos portugueses e outros povos europeus durante o período colonial. Não é inocente a referência a outros (comparáveis) padrões de horror.

Hoje em dia, com o impacto dos Estudos Pós-Coloniais na sociedade, e face a uma agenda de questões relacionadas com a emigração e os refugiados que exige resposta imediata, a Europa confronta-se com a necessidade de repensar as suas práticas e preconceitos, o que implica repensar a memória colonial europeia, e no nosso caso particular, a memória portuguesa da colonização. Questionar o Padrão dos Descobrimentos deveria, isso sim, ter em mente a legitimação de ideias racistas. É nesse alinhamento que se pode relacionar as ideias do deputado socialista com, por exemplo, a decisão de Nancy Pelosi, líder da Câmara dos Representantes americana, que em junho de 2020 mandou que se retirassem das paredes do Capitólio os retratos de quatro líderes escravagistas, que se recusaram a aceitar o fim da escravatura, o que levou à guerra civil americana. Por outro lado, penso que muito mais importante do que remover o Padrão dos Descobrimentos – que deixaria sempre algum tipo de ressentimentos pendente – seria construir-se em Portugal um Museu da História da Escravatura, para haver memória dos erros da história, para se reconhecer o que não se deve repetir. Aliás, em junho de 2013, o governo britânico pediu desculpa pelas atroz medidas repressivas contra a revolta dos Mau-Mau no Quênia. Não se corrige a história, mas é importante pedir desculpa... e diversificar os lugares de memória.

